
Os “homens bons” em seu nicho de poder: prosopografia dos oficiais da Câmara de Porto Alegre (1774-1794)

*Adriano Comissoli**

Resumo: o artigo apresenta uma prosopografia da Câmara de Porto Alegre entre os anos de 1774 e 1794, isto é, um levantamento das características biográficas dos componentes da instituição. A partir destes dados discute-se o perfil dos oficiais camarários no que diz respeito a um determinado padrão de ocupação dos cargos de governança pública, de modo a identificar a composição deste palco de poder.

Palavras-chave: Câmara, elite local, “homem bom”.

Abstract: the article presents a prosopography study of the municipal council of Porto Alegre between 1774 e 1794, it means, a research of biographic characteristics of the components of the institution. Based on this data analysis we discuss the aspect of the officials of the council about a determinate pattern of occupation of the public administrative charges, proceeding the identification of this stage of power.

Key words: Municipal Council, local elite, “homem bom” (“good” or “worthy” man).

Apresento ao leitor uma fração de minha dissertação de mestrado a qual tratou da Câmara Municipal de Porto Alegre entre os anos de 1774 e 1794. Aqui são apresentados os principais dados referentes à análise prosopográfica que efetuei sobre os oficiais da instituição, bem como as conclusões atingidas a partir deste levantamento. A proposta é reconhecer e analisar a ocupação dos ofícios da Câmara enquanto um *locus* de poder, visto a instituição ser responsável por abrigar parte da elite local. Com isto espero contribuir para o estudo da administração colonial portuguesa, bem como da elite sul-rio-grandense através da metodologia da prosopografia conforme defendida por Lawrence Stone. (STONE, 1971).

* Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. *E-mail:* adrianocomissoli@yahoo.com.br

Durante o período colonial brasileiro as Câmaras Municipais desempenharam um importante papel como palco de manifestação política do poder local. Esta instituição era responsável por abrigar alguns dos principais indivíduos das comunidades: homens maiores de 25 anos, casados ou emancipados, católicos e sem nenhuma “impureza de sangue”. Era igualmente necessário que possuíssem cabedal, isto é, serem portadores de alguma riqueza. “Esses indivíduos de reconhecida posição social eram coletivamente chamados de *homens bons*, ou mais vagamente, *povo*”. (BOXER, 2002, p. 287).

Aptos a ocupar os ofícios das Câmaras estes homens eram responsáveis pela governança da república, isto é, a administração da “coisa pública” com vistas ao bem comum da comunidade a que pertenciam. Na prática as coisas não corriam de maneira tão romanescas sendo as decisões camarárias muitas vezes pautadas por interesses particulares, em especial nas demandas enviadas ao rei. (COMISSOLI, 2006). A Câmara, como local de poder político, possibilitava a intervenção no mercado através da formulação de regras ou benefícios a alguns dos comerciantes/produtores envolvidos. “Os bens e serviços da República eram concedidos pelo senado e/ou pelo rei a apenas alguns eleitos, e tal privilégio era exercido na condição de monopólio ou de semimonopólio”. (FRAGOSO, 2001, p. 48). Assim, a uns poucos membros da sociedade era facultado apropriar-se da riqueza pública fosse através da eliminação da concorrência, fosse através do benefício daqueles ligados à governança pública. (FRAGOSO, 2001). Desta forma o poder disponibilizado aos oficiais camaristas pela instituição lhes permitia interferir na sociedade e no mercado de forma oficial.

Os oficiais da Câmara eram escolhidos através de um complicado processo de eleições indiretas. Em um primeiro momento o conjunto dos “homens bons” elegia seis representantes dentre seus pares, designados *eleitores*. Estes eleitores eram distribuídos em duplas sendo cada dupla responsável por realizar uma lista com os nomes dos “homens bons” que deveriam ocupar os cargos camarários. As três listas produzidas eram fechadas em bolas de cera (pelouros) e guardadas dentro de um cofre. No final de cada ano, um menino aleatoriamente escolhido retirava um dos pelouros que era então aberto e tinha sua lista revelada. Os nomes contidos na lista seriam os ocupantes dos cargos no ano vindouro, chamados de oficiais *de pelouro*. Eventualmente, quando um indivíduo não assumia por qualquer motivo, os oficiais camarários nomeavam um substituto chamado oficial de *barrete*.

As Câmaras, entretanto, não eram instituídas pela vontade da comunidade, mas sim por determinação régia. Dessa maneira, a instituição fundia aspectos da administração centralizada no poder real português com uma certa dose de representatividade, ainda que somente da camada mais abastada das comunidades. Sendo um órgão colegiado e escolhido mediante eleições a Câmara funcionava como elo entre o poder central da Coroa portuguesa e as localidades que representavam. (BOXER, 1965; BICALHO, 2003; COMISSOLI, 2006).

Qual a importância de estudarmos os homens envolvidos com a atividade camarária? A importância reside no fato de serem os componentes deste órgão os responsáveis por determinarem seu funcionamento. Estudar a Câmara a partir de seus oficiais significa estudar tanto a instituição quanto a camada social em que a mesma estava imersa. Segundo Lawrence Stone, a idéia da prosopografia é a de que ao ser aplicada às instituições políticas permita explicar a atuação destas por meio do conhecimento e análise de seus atores sociais, entreando objetivos e interesses por trás da retórica política e gerando maior compreensão de suas ações e conquistas. (STONE, 1971, p. 114.).

O conselho municipal servia para integrar a elite local sul-riograndense ao aparelho administrativo português de certa forma enquadrando-a. O papel assumido pelos homens que compunham a Câmara era o de elo entre a localidade e o centro do governo, equilibrando os interesses de cada lado. Entender a constituição da elite camarária nos permite compreender a atuação da instituição dentro do complexo aparelho administrativo do império português. O presente artigo se dedica a analisar a composição social da Câmara, bem como a ocupação de seus ofícios e o comportamento dos homens envolvidos com a governança da república. Será apresentada uma prosopografia de seus oficiais visando a (re)construir o rosto desta elite de forma que possamos debater sobre sua composição.¹

A Câmara com que nos depararemos é a de Porto Alegre, isto é, a de Rio Grande de São Pedro, que devido à invasão espanhola de 1763 é obrigada a se transferir para a freguesia de Viamão e mais tarde para a de Porto Alegre no ano de 1773.² É principalmente a partir de seu assentamento em Porto Alegre que atentaremos para a composição do grupo de oficiais camaristas.

Ocupação dos ofícios camarários: Viamão e Porto Alegre, 1767-1808

Nada mais adequado para iniciar esta análise prosopográfica do que verificar quem participa da Câmara e com que frequência. A Câmara do Rio Grande de São Pedro era composta por seis oficiais eleitos anualmente: dois juízes ordinários (que se revezavam ao longo do ano); três vereadores e um procurador. A Câmara de Rio Grande se deslocou para Viamão em 1763 e mais tarde para Porto Alegre em 1773, onde se manteve como a única Câmara da capitania até 1809. Considerando que não existem registros anteriores a 1766, iremos iniciar a prosopografia partir do primeiro ano em que constam eleições para oficiais em Viamão estendendo-a até o último antes da instalação de novas Câmaras na capitania, o que equivale ao intervalo 1767-1808. Um intervalo de 42 anos onde temos, portanto, um total de 252 ofícios disponibilizados pela instituição através de eleição de pelouros, que permaneceu como meio de seleção dos candidatos durante todo o período.

A partir das atas de vereança foi possível identificar o nome de todos os “homens bons” eleitos por pelouro para os cargos camarários. Foram identificados dessa maneira 137 indivíduos eleitos para ofícios da Câmara. A utilização do número de eleitos, contudo, nos oferece um panorama um tanto ilusório sobre a ocupação dos ofícios, visto não considerar os indivíduos que se isentaram dos cargos para os quais foram indicados nem a reorganização que ocorre pela indicação de oficiais de barrete, isto é, de substitutos. Enfim, se temos aqui os indivíduos indicados para a Câmara não temos ainda a real ocupação dos cargos. Procedamos a ela, portanto.

Dos 137 indivíduos eleitos é necessário desconsiderar um número de 24 “homens bons” (17,5%) que se isentam da obrigação de servir o conselho, alguns em mais de uma ocasião, não chegando a desempenhar cargo algum na Câmara dentro de nosso período de estudo. Temos agora 113 homens eleitos que realmente assumem os cargos para os quais foram designados. A este montante é preciso adicionar 12 outros que jamais figuraram nas listas de eleitos, mas integraram a Câmara exclusivamente como oficiais de barrete (substitutos). Dentro do grupo de 113 “homens bons”, eleitos por pelouro, temos alguns que se isentam de cargos algumas vezes, e outros que são eleitos tanto por pelouro quanto por barrete, mas que inegavelmente tomaram posse de pelo menos um de seus mandatos. Somados aos 12 oficiais exclusivamente de barrete

temos um total de 125 oficiais os quais ocuparam os 252 cargos da Câmara entre o ano de 1767 e o de 1808.

Portanto, nosso universo de oficiais diminui para 125 indivíduos, pois é este o número de “homens bons” efetivamente envolvidos com a governança da república³ nos cargos de oficiais. Com esta nova delimitação, observamos uma relação de 2,01 cargos por indivíduo em média, o que já demonstra a repetência de alguns indivíduos na Câmara. A distribuição destes indivíduos em relação aos cargos camaristas pode ser visualizada na tabela 1.

Tabela 1 – Ocupação efetiva dos cargos camarários (1767-1808)

N. de cargos efetivos	N. de indivíduos	Percentual
1	56	44,8
2	33	26,4
3	13	10,4
4	14	11,2
5	5	4
6	2	1,6
7	2	1,6
Total	125	100%

Fonte: Termos de Vereança da Câmara em Viamão e Porto Alegre, Livros 1-5 (1766-1812) e Registro de nomeação e posse (1764-1925).

A disposição dos indivíduos eleitos demonstra por si uma tendência à restrição do acesso aos cargos da Câmara, dada a progressiva diminuição do número de eleitos para cada faixa de ocupação dos cargos. Observamos na tabela 1 que o número de “homens bons” nas primeiras faixas são os mais elevados frente ao total. O percentual de ocupantes de cargos em uma única ocasião é o mais alto (44,8%). Somadas as duas primeiras faixas de ocupação temos 71,2% dos envolvidos com a governança da república. Considerando que o número de eleitos que toma posse já representa uma fração do total de aptos à governança pública podemos afirmar com segurança a tendência à restrição do acesso aos cargos da Câmara evidenciada em outros trabalhos. (BOXER, 1965; GOUVÊA, 1998; VIDIGAL, 1998). Apenas um terço dos oficiais tornava-se oficial por três ou mais vezes.

É importante ressaltar que foram considerados dentro do total de 125 oficiais efetivos todos os eleitos tanto por pelouro quanto por barrete que chegaram a tomar posse de seu ofício mesmo que não viessem a cumprir todo o mandato de um ano. Por outro lado, não foram considerados em nenhum de nossos cálculos os “homens bons” que ocuparam a Câmara como substitutos temporários, visto que os mesmos, apesar de assinarem os termos de vereanças, não eram registrados nos livros de posse. Tais substitutos eventuais eram chamados para compor sessões específicas da Câmara, contudo, sem tomar parte efetiva da mesma por mais tempo que a reunião determinada.

Por fim o total de cargos efetivos de cada “homem bom” inclui tanto indicações por pelouro quanto por barrete, mas desconta as isenções aventadas pelo mesmo indivíduo. Dessa forma temos trajetórias variadas. José Francisco dos Santos Sampaio, por exemplo, foi eleito para a Câmara em três ocasiões, nos anos de 1795, 1798 e 1801, mas tomou posse somente em dois deles sendo incluído, portanto, na segunda faixa de ocupação camarária. Domingos Gomes Ribeiro, por sua vez, participou da Câmara num total de cinco vezes apesar de haver sido eleito (por pelouros) em apenas 4 (1774, 1790, 1795 e 1805). No ano de 1805 Domingos isentou-se do cargo, fato que diminui sua presença na Câmara para três mandatos. Contudo, ele fora eleito como oficial de barrete em 1773 e 1799 totalizando seus cinco ofícios. Já Manuel Fernandes Guedes nunca foi eleito por pelouro, ainda que tenha sido eleito em pelo menos duas ocasiões, mas foi oficial de barrete por três vezes (1772, 1774 e 1775), desenvolvendo uma vida política mais ativa do que a maioria dos selecionados nos pelouros. Portanto, o número considerado foi o de mandatos assumidos, independentemente da forma como o mesmo foi atingido.

Restringindo o recorte temporal: os oficiais em Porto Alegre: 1774-1794

Torna-se inviável analisar a condição de todos os 125 “homens bons” que exerceram ofícios entre 1767 e 1808. Isso devido à dispersão das fontes que possam nos oferecer informações mais detalhadas sobre os mesmos. Não foram localizadas para a Câmara do Rio Grande de São Pedro listagens dos “homens bons” da vila. Não dispomos de listas de elegíveis, bastante comuns para o estudo desta instituição. Dessa forma enquanto em algumas Câmaras foram confeccionadas e ainda podem ser consultadas listas bastante completas contendo dados sobre a naturalidade, ocupação econômica e

mesmo parentesco dos envolvidos na governança, para nosso estudo não dispomos desse tipo de fonte. Assim, tivemos de recorrer a fontes diversas, individuais, para que pudéssemos remontar parte da biografia de alguns “homens bons”. Tal empreitada não foi possível de ser estendida ao conjunto total de indivíduos de maneira que tivemos de selecionar apenas alguns.

A fim de refinar nossa investigação, decidimos privilegiar o estudo dos “homens bons” que compuseram a Câmara em seus primeiros anos em Porto Alegre dando maior atenção para as décadas de 1770 e 1780. Dessa maneira escolhemos como limites os anos de 1774 e 1794 para melhor analisarmos a Câmara desde sua transferência (1773) até o fim da década de 1780 englobando os primeiros 21 anos da Câmara em seu novo sítio. Nesse recorte temporal dispomos de 69 “homens bons” que nos servirão de amostragem. A naturalidade dos mesmos pode ser vista na tabela 2.

Tabela 2 – Naturalidade dos oficiais camarários (1774-1794)

Naturalidade	Quantidade	Percentual
Portugal	28	40,6%
Açores	1	1,45%
Colônia do Sacramento	3	4,35%
Rio Grande de São Pedro	3	4,35%
Outras partes do Brasil	2	2,9%
Desconhecida	32	46,4%
Total	69	100%

Fontes: AHCMPA. 1º Livro de Batismos de Porto Alegre; 1º, 2º, 3º e 4º Livros de Batismos de Viamão e Habilitações Matrimoniais (diversos processos). APERS. Inventário de André Pereira Maciel. SPALDING, op. cit., p. 77.

Embora o número de indivíduos cuja naturalidade permanece desconhecida seja alto, podemos afirmar com segurança a predominância de reinóis dentro da Câmara sul-rio-grandense. Sozinhos formam 40% do total. Chama a atenção, por outro lado, a baixa percentagem de nativos do próprio Rio Grande de São Pedro, menos de 5%, número explicado pela recente povoação do território. Não havia se formado uma geração de naturais da terra apta à ocupação da Câmara; os “homens bons” em atividade eram em sua maioria uma primeira geração de povoadores, o que aponta para um trânsito intenso de imigrantes em direção ao Sul do Brasil. Não estamos afirmando que a população do Rio Grande de São Pedro fosse predominantemente portuguesa, mas sim que dentro do grupo político local havia uma predominância dos

nascidos em Portugal. O baixo número de representantes de outras regiões do Brasil, dos Açores ou da Colônia do Sacramento sugere que o recrutamento de novos oficiais se dava preferencialmente entre lusos, envolvendo redes de relações que se estendiam até Portugal continental.

Existe ainda a possibilidade de que os portugueses na Câmara fossem um número ainda mais expressivo. Helen Osório mostra que 67,3% dos candidatos à Câmara de Porto Alegre para o ano de 1814 eram originários de Portugal, número que subia para 73,1% no ano de 1818. (OSÓRIO, 1999, p. 254). Dessa forma, mostra-se bastante tangível a possibilidade de que, dentro do número de “homens bons” cuja naturalidade não identificamos, exista um alto índice de oriundos do Reino ou ainda que este número tenha crescido com o passar dos anos. Estamos seguros em afirmar que a Câmara do Rio Grande de São Pedro no século XVIII configurava-se enquanto uma Câmara de reinóis. Tal realidade inviabilizava a construção de uma legitimação do poder dessa elite política por meio do argumento da antiguidade das famílias na terra, visto tratarem-se de recém-chegados. Nesse aspecto a Câmara sulista difere das instituições análogas de Olinda ou do Rio de Janeiro nas quais os cargos eram regularmente ocupados pelos descendentes dos primeiros povoadores/conquistadores, uma autoproclamada “nobreza da terra”. (MELLO, 2003; FRAGOSO, 2000).

Na perspectiva de Kuhn, a ocupação do Rio Grande de São Pedro diferia em muito daquela realizada em Pernambuco ou no Rio de Janeiro refletindo uma configuração igualmente diversa dos ocupantes da Câmara.

A ocupação tardia, durante a primeira metade do século XVIII, não permitira que se verificasse um processo semelhante de configuração da elite política no Continente do Rio Grande. Apesar de o povoamento de Viamão ter sido feito por alguns dos homens bons da vila de Laguna, não seriam os lagunenses, nem tampouco os seus herdeiros, que iriam se tornar a nova elite política local. [...] [Os oficiais camaristas] eram na sua maioria reinóis e não descendentes de uma suposta nobreza da terra que remontaria aos primórdios da conquista. Trata-se, portanto, de uma elite política local completamente distinta daquela existente em regiões de povoamento mais antigo, como nos casos do Rio de Janeiro, Salvador ou Olinda. (KÜHN, 2006, p. 277).

Concordamos com Kühn quando este afirma que a ocupação tardia da região é responsável pelo alto número de portugueses natos no conselho. O órgão era ocupado por migrantes muito mais do que por

nascidos no Continente, migrantes lusitanos recém-chegados ao Continente com a intenção de fazer alguma fortuna, como veremos a seguir. Contudo, os dados apresentados por Osório indicam a continuidade da alta presença de lusos na Câmara porto-alegrense para dentro do século XIX (67% em 1814; 73% em 1818). Essa permanência implica a continuidade do fluxo de migrantes para o Rio Grande de São Pedro assim como a continuidade de seu interesse pela manifestação camarária, provavelmente para adquirir algum prestígio social. Conseqüentemente podemos induzir que a elite local nativa optava por outras arenas de expressão política, dada sua baixa representatividade numérica na Câmara até o início do novecentos.

Vejamos agora como os oficiais do conselho se comportavam em relação às suas ocupações econômicas.

Nossos dados sobre a atividade econômica dos camaristas de Porto Alegre são ainda mais fragmentários que aqueles sobre suas naturalidades. Isso ocorre porque é extremamente difícil identificar uma fonte que contenha tal informação. Ainda pior, as informações aqui mostradas foram coletadas de fontes diversas, referentes a datas diferenciadas e devem ser consideradas somente como aproximação do universo dos “homens bons”. Isso porque, ao contrário da naturalidade, a atividade econômica podia facilmente mudar ao longo dos anos ou mesmo se mesclar a uma segunda ocupação. Somente uma fonte referente a um mesmo momento para todos os indivíduos pesquisados poderia nos fornecer um instantâneo definitivo para uma comparação mais acurada. Ainda assim, arriscamos formular a tabela 3.

Tabela 3 – Atividade econômica dos oficiais camarários (1774-1794)

Atividade econômica	Número de indivíduos	Porcentagem
Lavoura	1	1,45%
Criação	2	2,9%
Fazenda	1	1,45%
Negócio	17	24,6%
Negócio e fazenda	5	7,25%
Negócio e charqueada	1	1,45%
Desconhecidas	42	61%
Total	69	100%

Fontes: AHCMPA. Habilitações Matrimoniais (diversos processos). AHRS. Relação de Moradores de Porto Alegre de 1784 e 1797, de Triunfo 1784 e de Viamão 1784 e 1797. F 1.198-A. APERS. Inventários de André Pereira Maciel, Estevão da Silva e João Alves Veludo. OSÓRIO, 1999, p. 242. Termo de Vereança de 3 de abril de 1784. *Boletim Municipal*, v. X.

Como afirmamos, os dados são muito fragmentados e nos oferecem poucas certezas. A alta porcentagem de atividades econômicas que permanece desconhecida é suficiente para desestabilizar qualquer afirmação categórica. Por exemplo, não parece correto afirmar que numa sociedade predominantemente rural e dedicada à pecuária houvessem tão poucos vereadores ligados à agricultura ou à criação de animais. O número de envolvidos com o comércio, por sua vez, assume um vulto exagerado dado o alto número de indivíduos cuja dedicação econômica desconhecemos. A proporção de envolvidos com o comércio e com a pecuária provavelmente mudaria radicalmente se identificássemos as atividades econômicas que permanecem ignoradas. Paralelamente, é bastante provável que muitos dos comerciantes aqui identificados também se envolvessem em algum grau com a agropecuária possuindo terras em alguma escala e criando pelo menos um pequeno número de cabeças de gado, como era recorrente no Continente de São Pedro. É este o caso de Antônio Pimenta de Sampaio que em 1784 é classificado como vivendo de negócios em Porto Alegre ainda que possuísse um campo na freguesia do Triunfo no qual criava algum gado bovino e cavalari. Anos mais tarde, em 1797, o mesmo Antônio detinha 1.600 reses e 38 mulas (além de outros animais). Nessa altura a referência ao comércio havia desaparecido, indicando que havia sido abandonado ou assumido um vulto diminuto diante da criação de animais, mesmo que as mulas fizessem parte de um circuito comercial bastante amplo.⁴

Entretanto, podemos inferir algo dos números que apuramos. Dos 69 oficiais do período 1774-1794 encontramos 22 que certamente se dedicaram à atividade comercial em algum momento de sua vida. É possível que se pudéssemos localizar a ocupação econômica de todos os envolvidos a primazia dos comerciantes fosse questionada. Entretanto, essa possibilidade não anula o fato de que pelo menos 31,85% dos oficiais do período 1774-1794 estiveram ligados ao comércio. Mesmo que a descoberta das profissões faltantes mudasse este panorama os comerciantes não deixariam de representar um número expressivo dentro do total, compondo cerca de um terço dos oficiais. Em declaração contemporânea o governador José Marcelino de Figueiredo respalda nossa hipótese afirmando que “esta Câmara se compõe quase sempre de mercadores”.⁵ Podemos com alguma segurança, portanto, informar que a Câmara do Rio Grande de São Pedro, ao se localizar em Porto Alegre, abrigava um número consideravelmente alto de homens envolvidos (ou que se envolveram em algum momento de sua vida) com o comércio.

É interessante notar que não somente os comerciantes e os reinóis estavam presentes na Câmara como eram figuras expressivas em sua atuação. É o caso de Roberto André Ferreira de Souza Alvim, natural de Lisboa, que fora escolhido para o órgão por cinco vezes, além de tornar-se o primeiro tesoureiro do conselho, em 1781. Roberto declarou viver de seu negócio no ano de 1777, um ano antes de sua primeira participação no conselho.⁶ Do mesmo modo, Manuel José Pereira Cardinal, eleito em três ocasiões, foi identificado como mercador de fazendas ou vivendo de negócio e empregava ao menos um caixeiro.⁷ Manuel, nascido no bispado de Penafiel, era ninguém menos do que o procurador preso pelo governador José Marcelino de Figueiredo no ano de 1780, fruto de desavença entre instâncias administrativas. Por fim, como exemplo de atividade mista entre negócio e criação de animais, temos Manuel Bento da Rocha, natural do arcebispado de Braga, cuja dedicação ao comércio não impediu que o mesmo possuísse fazendas de criação de vacuns e muares. (COMISSOLI, 2006, p. 86-87).

Estamos, portanto, diante de uma Câmara de reinóis e de expressiva participação de comerciantes. Estes elementos a colocam em franca oposição ao arquétipo da “principal gente da terra”, apoiado na antiguidade das famílias e na dedicação quase-exclusiva à propriedade rural, padrão recorrente em outras regiões e temporalidades do Brasil colonial. (FRAGOSO, 2000; 2003). Tal modelo veicula o exercício da governança da república aos conquistadores e seus descendentes, sendo, portanto, recompensa de seus serviços ao rei fidelíssimo. A guerra entre Portugal e Espanha pelo espaço platino na segunda metade do setecentos, entretanto, aponta antes para um embate direto entre impérios do que para uma ação de conquista empreendida por particulares.

A coincidência da expressividade de portugueses e de comerciantes é facilmente explicável. Novamente, é Osório quem nos auxilia a entender essa predominância. No que tange à formação do grupo mercantil, era instrumento amplamente utilizado o recrutamento de oriundos de Portugal, a partir de redes de relações de diversas naturezas. Segundo os dados da autora, dentre os comerciantes falecidos entre 1775 e 1825 no Continente, 66,7% eram originários de Portugal. (OSÓRIO, 1999, p. 254). Sendo a maioria dos comerciantes estabelecidos no Rio Grande de São Pedro naturais de Portugal e uma vez que o grupo mercantil era expressivo dentro da Câmara, é razoável que os reinóis formassem também número volumoso na instituição.

A utilização de redes de relações fossem familiares, de amizade ou de negócios para renovar o grupo mercantil não era fenômeno restrito ao Sul da América portuguesa, sendo bastante recorrente para comerciantes de outras localidades. Em Lisboa, Pedreira demonstrou que a migração de indivíduos de outras regiões para a capital era elemento de garantia da reprodução da classe comercial. A criação e a manutenção de laços de parentesco ou de negócio permitiam reproduzir itinerários e renovar continuamente o mecanismo. (PEDREIRA, 1995). Fenômeno similar foi observado por Socolow em relação a Buenos Aires com correntes migratórias da Espanha renovando o grupo mercantil da praça platina. (SOCOLOW, 1991).

No Rio Grande de São Pedro, entretanto, o recrutamento de novos comerciantes dentre gentes naturais de Portugal, que aportavam no Continente a partir de redes de relações, se somava a um novo fator: a possibilidade de vir a integrar a instituição responsável pela administração local. As trajetórias de alguns “homens bons” nos permitem visualizar a sobreposição de tais fenômenos.

A possibilidade de vir a integrar a Câmara a partir do recrutamento do grupo mercantil pode ser vista no exemplo de José Alves Duarte, genro de um dos mais ricos estancieiros do Rio Grande de São Pedro cuja fortuna tinha origem no ramo comercial: Antônio Ferreira Leitão.⁸ Em sua chegada à capitania doze anos antes de seu matrimônio, datado de 1789, José contou com apoio de outro “homem bom”. Oriundo da cidade do Porto, José migrou para o Rio de Janeiro. Mais tarde dirigiu-se ao Continente por conta de um trabalho de caixeiro: seu patrão era Manuel Fernandes Vieira,⁹ três vezes participante da Câmara, cunhado do Capitão de Ordenanças Manuel Bento da Rocha e ativo participante da arrematação dos contratos régios. José Alves Duarte iniciava através dessa relação sua inserção na sociedade sul-rio-grandense. E muito bem colocado, se considerarmos seu empregador. Manuel Fernandes Vieira estava em posição de apresentar José a pessoas importantes dentro e fora do Continente. As reciprocidades e a eventual multiplicação de relações estabelecidas entre patrão e empregado forneceriam ao ingresso de José na política um respaldo considerável. Quando o casamento com a filha de Antônio Ferreira Leitão se concretizasse significaria a aproximação com duas proeminentes figuras da governança pública.

O trabalho de caixeiro beneficiou não somente José Alves Duarte, pois outros indivíduos utilizaram esse canal para ingressar na sociedade e política sul-rio-grandenses. Como José Alves, José Estácio Brandão

encaminhou-se de Portugal para o Rio de Janeiro ainda moço. Da praça mercantil fluminense passou ao Continente, onde Antônio Moreira da Cruz, cunhado dos supracitados Manuel Fernandes Vieira e Manuel Bento da Rocha, o empregou como caixeiro.¹⁰ Ao se casar, cerca de treze anos depois, Brandão já havia sido eleito para a Câmara em duas oportunidades e voltaria a servir como oficial por outras duas, além de vir a ser nomeado almoxarife da Fazenda Real em 1797.¹¹ Como no exemplo anterior, a contratação como caixeiro fornecia a José Estácio o primeiro degrau na escala política da região: a proximidade com figuras de poder na localidade.

Um último exemplo demonstra que o recrutamento de oficiais da Câmara dentre caixeiros de “homens bons” se mostrava recorrente. Antônio Rodrigues da Silva, natural da Colônia do Sacramento, saiu de sua cidade natal para Porto Alegre ainda na menoridade. Nessa povoação serviu de caixeiro ao negociante José Guedes Luís.¹² Ambos exerceram ofícios camarários e em 1792 Antônio desposaria Laura, filha do também “homem bom” Antônio Rodrigues Guimarães.¹³ Este último havia sido sócio de Manuel Bento da Rocha e Manuel Fernandes Vieira no contrato do município das tropas entre 1775 e 1777. (OSÓRIO, 1999, p. 148-149). Como se percebe, trabalhar como caixeiro propiciava não apenas uma inserção econômica na Capitania do Rio Grande de São Pedro, mas também social e política. A introdução nestas duas esferas se consolidava a partir do contato com pessoas já estabelecidas na região e mais tarde com o ingresso na Câmara.

Em artigo de 1999, Kühn já trabalhara a hipótese de que os recém-migrados para o Continente não chegavam sem prévio conhecimento das potencialidades de trabalho e ascensão social. De fato, a decisão de seguir para o Rio Grande se via bastante orientada pelas relações existentes com pessoas que anteriormente haviam se deslocado para a região. (KÜHN, 1999). O recrutamento do grupo mercantil, entre outros, se dava através de uma extensa rede de parentescos e afinidades que iniciada em Portugal seria responsável pela acolhida dos recém-chegados na sociedade sul-rio-grandense. (OSÓRIO, 1999, p. 253-259). A esse fenômeno adiciona-se o fato de que muitos dos comerciantes que contratavam os caixeiros eram homens envolvidos com a política local. Podemos afirmar com segurança que o recrutamento de novos comerciantes acabava incidindo no concomitante ingresso ao grupo dos “homens bons”, devido à expressividade da classe mercantil dentro da Câmara.

Esta dupla expressividade, simultaneamente de mercadores e reinóis, aponta para uma aproximação do perfil da Câmara sulista com sua congênere de Recife, no início do século XVIII, na qual Gonsalves de Mello identifica uma maior participação destes grupos. Segundo este pesquisador, pelo menos 39 de 88 dos oficiais deste conselho entre os anos de 1713 e 1738 eram portugueses (44,3%), sendo que destes reinóis 28 (31,8% do total de 88 oficiais) eram homens de negócio. (MELLO, 1981, p. 133-134). O Rio de Janeiro de 1800, por sua vez, também apresenta alto número de negociantes em suas listas de elegíveis: 41,5% dos aptos aos ofícios camarários, número que cresce para 54% em 1815. (GOUVÊA, 1998, p. 319). Dentro desta perspectiva, não nos deve causar estranhamento a diferenciação da Câmara de Porto Alegre em relação à proeminência das “principais famílias da terra” de outras regiões e temporalidades, mas antes devemos considerá-la consoante com um perfil de “homem bom” mais afinado com a evolução do século XVIII, dentro do qual o grupo mercantil assume a frente dos negócios da república. Ao menos em Porto Alegre tal constatação se mostra correta confirmando a vocação mercantil da localidade. Em 1814, dentre 63 nomes listados como elegíveis para a Câmara porto-alegrense temos 77,8% de negociantes contra 14,3% de envolvidos com atividades agrárias. Em 1818 são os comerciantes (85,2%) enquanto os produtores rurais são apenas 13,1%. (OSÓRIO, 1999, p. 255, nota 55).

A vinda destes reinóis e seu acolhimento dentro da comunidade mercantil sul-rio-grandense demonstra, já o dissemos, a existência de um fluxo migratório ativo. Quaisquer oportunidades de enobrecimento e alcance de prestígio propiciadas pela “Conquista”, contudo, já se viam esgotadas, visto que, segundo Hameister, este fenômeno teve seu ápice entre as décadas de 1720 e 1750 e dependia mais das antigas famílias das Capitâneas de São Paulo e Rio de Janeiro do que de portugueses recém-chegados e sem recursos. “A partir da década de 1750, foram atraídos para a região homens com perfil distinto daqueles dos momentos iniciais de ocupação”. (HAMEISTER, 2002, p. 234-235). Nos momentos iniciais do povoamento da região, era necessário um tipo de homem “que fosse capaz de transformar os gados sulinos em bens e moedas ao transportá-los para as regiões centrais da Colônia, que houvesse atuado na defesa dos territórios, obtendo um tanto de terra na eterna troca de favores entre a Coroa e seus súditos”. (HAMEISTER, 2002, p. 236). Assegurado o território e firmada a elite daquela sociedade, entrava em cena um novo personagem: o comerciante, não necessariamente de cabedal avultado, mas com “acesso a algumas das redes comerciais que

iam se constituindo nesta região da América Portuguesa”. (KÜHN, 2001). Aos recém-chegados, portanto, restava integrarem-se às famílias mais prestigiosas ou “correr por fora” em busca de riqueza e prestígio.

Bernardo José Pereira fez com êxito sua escolha, casando-se com a filha do Capitão de Dragões Francisco Pinto Bandeira no ano de 1763.¹⁴ Francisco foi ativo oficial militar no combate a índios e espanhóis, predados que lhe renderam sesmarias e outras benesses régias.¹⁵

O prestígio dos Pinto Bandeira refletiu sobre Bernardo na forma de dotes substanciais e na projeção camarária, havendo exercido sete ofícios entre 1767 e 1808.

Outros dos ingressantes na sociedade e Câmara do extremo sul não obtiveram sucesso tão proeminente. Eram homens chegados entre as décadas de 1760 e 1780 que encontravam uma sociedade cuja primeira elite já se via formada, as terras encontravam-se distribuídas e as principais chances de servir à Coroa preenchidas. Eram atraídos pelas possibilidades de enriquecimento pelo comércio sendo a função de caixeiro seu primeiro interesse. A constante vinda de estrangeiros ao Continente e a predominância dos naturais de Portugal até a segunda década do XIX sugere que é pouco prudente encarar a Câmara de Porto Alegre como reduto dos “principais da terra”.

Notas

¹ As informações sobre a ocupação dos cargos camarários foram retiradas de AHPA, Termos de Vereança da Câmara em Viamão e Porto Alegre, Livros 1-5 (1766-1812) e dos Registros de Nomeação e Posse (1764-1925).

² Para um debate a respeito dos motivos da transferência para cada uma das localidades e de como a mudança para Porto Alegre constitui um embate entre facções políticas, veja-se minha dissertação de mestrado. (COMISSOLI, 2006).

³ A expressão “república” refere-se aqui ao seu sentido etimológico de “coisa pública”, conforme acepção corrente nos documentos da época.

⁴ AHRS. Relações de moradores de 1784 e 1797, f. 1.198 A e B.

⁵ ANRJ. Carta do governador José Marcelino de Figueiredo ao Vice-Rei Dom Luís de Vasconcelos e Souza, cód. 104, v. 2, fls. 59-61.

⁶ AHCMPA. Habilitação Matrimonial de Roberto André Ferreira de Souza Alvim e Ana Felícia Sória, 1777/35.

⁷ Idem, ibidem. e Termo de Vereança de 21 de maio de 1783. *Boletim Municipal*, v. IX, n. 24, abr./jun. 1946.

⁸ AHCMPA. Habilitação Matrimonial de José Alves Duarte e Angélica Justiniana de Meireles, 1789/42 (OSÓRIO, 1999, p. 243).

⁹ AHCMPA. Habilitação Matrimonial de José Alves Duarte e Angélica Justiniana de Meireles, 1789/42.

¹⁰ AHCMPA. Habilitação Matrimonial de José Estácio Brandão e Leocádia Joaquina de Lima, 1781/30.

¹¹ Registro de Provisão para servir de Almojarife da Fazenda Real. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. V. 11, Porto Alegre, AHRS, 1995. p. 335.

¹² Termo de Vereança de 13 de fevereiro de 1774. *Boletim Municipal*, Porto Alegre, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, v. V, n. 13, p. 53-67, jan./abr. 1943.

¹³ AHCMPA. Habilitação Matrimonial de Antônio Rodrigues da Silva e Laura Maria Pereira de Souza, 1792/1 e 8.

¹⁴ AHCMPA. Habilitação Matrimonial de Bernardo José Pereira e Maurícia Antônia do Livramento, AJM 1763/11.

¹⁵ Sobre Francisco Pinto Bandeira e suas ações no início da ocupação do Continente consultar (HAMEISTER, 2002); (KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira*, 2006) e SILVA, 1999).

Referências

Documentos manuscritos

AHCMPA – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

Habilitação Matrimonial de Antônio Rodrigues da Silva e Laura Maria Pereira de Souza, 1792/1 e 8.

Habilitação Matrimonial de Bernardo José Pereira e Maurícia Antônia do Livramento AJM 1763/11.

Habilitação Matrimonial de José Alves Duarte e Angélica Justiniana de Meireles, 1789/42.

Habilitação Matrimonial de José Estácio Brandão e Leocádia Joaquina de Lima, 1781/30.

Habilitação Matrimonial de Roberto André Ferreira de Souza Alvim e Ana Felícia Sória, 1777/35.

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Relações de moradores de 1784 e 1797, F. 1.198 A e B.

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
Código 104. Vice-reinado. Correspondência com o governador e mais pessoas do Rio Grande do Sul, etc., V.2, fls. 59-61.

Documentos impressos

Registro de Provisão para servir de Almoxarife da Fazenda Real. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, v. 11, Porto Alegre, AHRS, 1995. p. 335.

Atas da Câmara Municipal de Porto Alegre (julho de 1773 a dezembro de 1774).

Boletim Municipal, Porto Alegre, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, v. V, n. 13, p. 53-67, jan./abr. 1943.

Atas da Câmara Municipal de Porto Alegre (janeiro a junho de 1783). *Boletim Municipal*, Porto Alegre, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, v. IX, n. 24, p. 220-228, abr./jun. 1946.

Referências

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOXER, Charles R. *Portuguese society in the tropics: the municipal councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800*. Madison: The University of Wisconsin, 1965.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CAPELA, José Viriato; BORRALHEIRO, Rogério. As elites do Norte de Portugal na administração municipal (1750-1834). In: VIEIRA, Alberto. *O município no mundo português*. Funchal: CEHA/Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1998.

COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2006.

FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro séculos XVI e XVII, *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 45-122, set. 2000.

- FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 11-35, jul./dez. 2003.
- GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes de poder na América Portuguesa: o caso dos homens bons do Rio de Janeiro, 1790-1822. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Anpuh, v. 18, n. 36, p. 297-330, 1998.
- HAMEISTER, Martha Daisson. O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c. 1727-c.1763). 2002. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestardo) – PPGHIS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.
- KÜHN, Fábio. A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII, *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, XXXV, (2), p. 91-112, dez. 1999.
- KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*, Niterói. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.
- KÜHN, Fábio. Herdeiros & Parentes: estratégias familiares da elite colonial sulriograndense (século XVIII). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 21., Niterói. Anais..., Niterói: UFF, 2001.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos nobres contra mascates: Pernambuco 1666-1715*, São Paulo: Editora 34, 2003.
- MELLO, José Antonio Gonsalves de. Nobres e mascates na Câmara do Recife, 1713-1738. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco*, n. 53, p. 113-262, 1981.
- OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. 1999. Niterói. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1999.
- PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. 195. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1995.
- SILVA, Augusto da. *Rafael Pinto Bandeira: de bandoleiro a governador: relações entre os poderes privado e público em Rio Grande de São Pedro*. 1999. Dissertação (Mestardo) – UFRGS, Porto Alegre, 1999.
- SOCOLOW, Susan. *Los mercadores del Buenos Aires virreinal: familia y comercio*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1991.
- STONE, Lawrence. Prosopography. In: *Deadalus: historical studies Today* 100, 1971.
- VIDIGAL, Luis. No microcosmo social português: uma aproximação comparativa a anatomia das oligarquias Camarárias no Fim do Antigo Regime Político (1750-1830). In: VIEIRA, Alberto. *O município no mundo português*. Funchal: CEHA/Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1998.

Artigo recebido em agosto de 2006. Aprovado em novembro de 2006.